

**HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES IDOSAS EM SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA: UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO E DE GERAÇÃO¹**

Luciana Silveira

Universidade Federal do Espírito Santo

luciana.slvr@gmail.com

Maria Beatriz Nader

Universidade Federal do Espírito Santo

marxis@terra.com.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a violência contra mulheres idosas na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, a partir dos relatos de cinco mulheres que sofreram violência de gênero e buscaram apoio institucional nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas). Utilizamos uma perspectiva de História Oral de Vida, que contempla, em seu interior, ao longo da narrativa da trajetória de vida, diversas questões temáticas, tencionando aprofundar os temas relevantes para a pesquisa, que são as concepções sobre gênero e envelhecimento dessas mulheres e a experiência da violência e do atendimento nos serviços especializados.

Como hipótese, infere-se que coexistem atualmente na sociedade diferentes formas de se enxergar a velhice. Paralelamente a uma representação negativa da velhice, viu-se emergir, a partir da década de 1980, uma noção de envelhecimento ativo, que não substituiu a anterior, mas muitas vezes colabora para escamoteá-la. Portanto, propõe-se a partir de entrevistas e das histórias de vida das mulheres idosas em situação de violência, aprofundar-se no estudo das maneiras pelas quais as mulheres idosas são afetadas por essas diferentes representações sociais do envelhecimento, na medida em que se beneficiam de uma relativa revisão dos estereótipos que cercam a velhice, mas continuam a experimentar a vulnerabilidade à discriminação e à violência.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Parte-se de uma perspectiva feminista do envelhecimento, cujo eixo teórico é a categoria gênero (SCOTT, 1995), utilizada em conjunto com a categoria geração (MOTTA, 2009), uma vez que os agressores são predominantemente filhos e filhas. Nesse sentido, destaca-se a discussão empreendida pela historiadora italiana Luisa Passerini (2011), que em um dos capítulos do livro “A memória entre política e emoção”, põe em debate se o gênero ainda seria uma categoria útil para a história oral. Passerini (2011) chama a atenção para a importância do encontro da História das Relações de Gênero com a História Oral, que contribuiu não apenas para evidenciar problemas e questões que outras fontes não evidenciam, como para destacar o papel das emoções no encontro entre o público e o privado. Porém, no mundo de hoje, ainda segundo Passerini, não se pode privilegiar uma única categoria, ampla como o gênero, mas é preciso combiná-la a outras categorias da diferença como geração, corpo e cor do corpo, pertencimento cultural e religioso. Além da atenção às categorias de raça e classe, os anos 2000 trouxeram, com suas transformações nas fronteiras, nos assuntos e fontes de pesquisa, a atenção para outra categoria: a de idade. Não apenas a de geração, mas a de idade e de envelhecimento. Passerini conta que foi surpreendente perceber a partir de então, que nem ela, nem seus colegas historiadores orais, tinham problematizado o envelhecimento, apesar de realizarem centenas de entrevistas com pessoas idosas. Sendo que o impacto de ser velho, assim como a consciência a respeito da própria diferença, ou seja, o pertencimento ao gênero, à idade, à raça e à cultura, contribui enormemente para a construção intersubjetiva e para as formas expressivas da lembrança.

A geração, de acordo com Alda Britto da Motta (2009, p. 9), “representa a posição e atuação do indivíduo em seu grupo de idade e/ou de socialização no tempo”. Nesse sentido, o pertencimento a uma geração não está ligado somente ao fato das pessoas portarem um mesmo “ano de nascimento” ou participarem dos mesmos acontecimentos, dos mesmos conteúdos de vida. A simples presença de um momento histórico-social não é suficiente para o desenvolvimento de uma perspectiva ou visão de mundo comum entre os indivíduos de idades próximas. É preciso existir uma conexão geracional entre os mesmos, um tipo de participação em uma prática coletiva, que produz um vínculo geracional a partir da vivência e da reflexão coletiva em torno dos mesmos

acontecimentos, dentre os quais poder-se-iam citar as representações sociais sobre a velhice.

O que motivou a escolha do tema da violência contra mulheres idosas foi, em primeiro lugar, o fato do envelhecimento ter se tornado uma questão na atualidade, não somente no Brasil, mas em diversas partes do mundo. E mais especificamente o fato do envelhecimento ter se constituído numa experiência predominantemente feminina, dando origem inclusive à expressão “feminização da velhice”. Nesse sentido, uma pergunta que se colocava era: As mulheres estão vivendo mais, mas em que medida estão vivendo melhor? Quais os ônus e os bônus dessa longevidade prolongada?

A ideia de trabalhar com a violência contra mulheres idosas advém ainda da percepção de que a discussão sobre a violência de gênero não tem contemplado a diversidade de mulheres e contextos em que essa violência ocorre, centrando-se nas mulheres em idade jovem e nos conflitos conjugais. E acredita-se que a violência contra mulheres idosas apresenta similaridades com a violência que é praticada em outras etapas da vida das mulheres, pois é uma violência de gênero, mas existem especificidades que precisam ser destacadas, como as questões relacionadas à velhice e às gerações.

O recorte cronológico da pesquisa contempla o período que vai da década de 1980 à década de 2010, momento de emergência das novas imagens de envelhecimento e de um maior investimento do Estado em políticas públicas voltadas para as pessoas idosas, como a Política Nacional do Idoso, de 1994, o Estatuto do Idoso, de 2003, e o surgimento das primeiras delegacias especializadas, a exemplo da Delegacia de Atendimento e Proteção à Pessoa Idosa (Dappi) de Vitória - ES.

O recorte espacial da pesquisa constitui-se nos Centros de Referência de Assistência Social (Creas), equipamento vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) e responsável por oferecer serviços de acolhimento, atendimento psicossocial, além de receberem denúncias e elaborarem medidas para conter a violência contra crianças, adolescentes, jovens, mulheres, pessoas com deficiências e pessoas idosas. A escolha da cidade de Vitória é devido ao processo de violência que se instala na cidade em meados do século XX e que a faz ser conhecida como uma das capitais mais violentas do Brasil.

Foi construído um roteiro geral de entrevistas com base no projeto de pesquisa e nas leituras sobre o tema, que serviu como uma referência das questões centrais do trabalho e que seriam comuns a todas as entrevistas. O roteiro não foi composto por perguntas fechadas e diretas, as questões foram dispostas em forma de tópicos, divididos em grandes blocos temáticos, a saber: (1) origem, família e vida social, abordando questões relativas à história de vida; (2) formas de ver a velhice, ontem e hoje; (3) a velhice feminina; (4) a violência; e, (5) a denúncia e/ou serviços e mecanismos de enfrentamento à violência. Utilizamos, além do roteiro geral, roteiros individuais e roteiros parciais. O roteiro individual foi elaborado a partir do cruzamento do roteiro geral com as informações sobre a entrevistada levantadas nos documentos produzidos pelos Creas, em conversas com as assistentes sociais, psicólogas e terapeutas ocupacionais, além dos dados obtidos em conversa preliminar com as próprias participantes. Essa etapa foi necessária para adaptarmos o roteiro geral à realidade de cada uma das mulheres.

Os roteiros parciais foram preparados nos intervalos entre uma entrevista e outra e tiveram como objetivo enumerar as questões do roteiro geral e individual que ainda não tinham sido abordadas e incorporar aquelas surgidas a medida que as entrevistas foram acontecendo e que precisavam ser aprofundadas.

Durante a pesquisa de campo, foram entrevistadas cinco mulheres com mais de 60 anos. Selecionamos dentre elas o caso de Cecília², a partir do qual buscamos compreender suas origens e formação familiar, contemplando discussões sobre educação, casamento e trabalho feminino, a partir da teoria dos estudos de gênero. A seguir, apresentamos um relato em primeira pessoa da história de vida de Cecília.

CECÍLIA, 81 ANOS: “EU SEMPRE GOSTEI MUITO DE CRIANÇA, ACHO QUE AQUILO FICA DENTRO DA GENTE”

Eu nasci em 08 de agosto de 1936, em Fundão³. Sou a caçula de três irmãs. O meu pai era comerciante, não tinha ensino superior, mas lia muito e incentivava eu e minhas irmãs a estudarem. Ele começou a estudar em internato, mas não tinha vocação

² Optamos por preservar a identidade das entrevistadas, por isso os nomes utilizados no trabalho são fictícios.

³ O município de Fundão pertence à Região Metropolitana da Grande Vitória e fica localizado a 53km ao norte de Vitória, capital do estado do Espírito Santo.

para ser padre. Foi prefeito, interventor, uma pessoa muito celebre na cidade, mas nunca foi rico. Ele faleceu com 70 anos. A minha mãe estudou em internato, no Colégio do Carmo, mas não exerceu o magistério. Só ficava dentro de casa e viveu por 101 anos. A minha irmã mais velha, assim como a minha mãe, estudou em internato, no Colégio do Carmo. Mas não gostava de estudar e foi trabalhar no comércio com o meu pai. Já a do meio, de quem eu sempre fui mais próxima, era professora.

Eu estudei o primário, em Fundão, e, quando tinha 11 anos, vim para Vitória para morar com um tio e estudar o ginásio e o colegial. Eu fiz o curso Normal da Escola D. Pedro II. Antigamente, o acesso à escola pública era por meio de uma seleção parecida com o vestibular. Depois que eu terminei o curso, eu voltei para Fundão. Fiz o concurso para professora e passei, mas a minha irmã do meio se casou, teve um filho e ia mudar para Conceição da Barra. Então, o meu pai pediu que eu fosse com a minha irmã fazer companhia a ela e ajudá-la com a nova vida.

Lá, junto com outras mulheres, eu fui uma das primeiras normalistas da cidade, a única formada. Conheci o meu marido e me casei, aos 20 anos. A pedido dele, eu deixei de trabalhar para cuidar apenas da casa. Eu casei por amor e casei sabendo que não podia ter filhos. Quando eu tinha 16 anos eu fiz uma cirurgia por conta de um “quisto” nos ovários. Estava aquela onda de câncer e os médicos revolveram retirar meus ovários. Eu estava “na flor da idade”, acho que poderiam ter tirado uma parte, feito uma biopsia e não terem me sacrificado, como me sacrificaram. Entre eles decidiram e fizeram o que acharam que era melhor. Mandaram o material para o Rio de Janeiro, mas não deu nada. Mais tarde, conversando com outros médicos, eles me diziam que seus colegas tinham agido como “açougueiros”. Mas na época, a última palavra era deles. E eu era boba, depois é que fui vendo as consequências, como ter a menopausa muito cedo e não poder mais ter filhos. Eu tive problemas para namorar, inclusive, vergonha. O primeiro namorado que eu tive foi com quem eu me casei.

Meu marido também não se casou enganado, sabia da minha condição e casou mesmo assim. Quando nós tínhamos 10 anos de casados, nós decidimos adotar uma criança recém-nascida, encontrada abandonada pelo primo, que era padre. Eu sempre quis adotar uma criança, tanto que quando eu me aposentei, eu me aposentei como professora de crianças, eu sempre gostei muito de criança. Acho que aquilo fica dentro da gente. O

meu cunhado me chamava de “vaca maninha”, a vaca que tem junto do gado, mas que nunca dá cria.

Quando o meu filho tinha 4 anos, o meu cunhado, marido da irmã com quem eu tinha ido para Conceição da Barra, acabou com a minha vida, ao me contar que o meu marido me traía. Ele afirmou que ele tinha várias mulheres e que muitas das pessoas da vizinhança sabiam de suas histórias. Aquilo foi um choque muito grande para mim, eu nunca desconfiei das traições. E fui até a ele e o questionei, ele me disse que era tudo mentira, que aquilo era inveja das pessoas por nós vivermos tão bem, mas que ele tiraria a história a limpo e acertaria as contas com o meu cunhado. Antes, porém, ele precisava ir até a nossa fazenda, porque tinha uns compromissos. Acontece que ele fez a viagem e não voltou mais. Ele me abandonou e por cinco anos a justiça esteve atrás dele para que assinasse os papeis do desquite.

Eu fiquei sozinha com meu filho pequeno, que ficou muito abalado com a saída do pai, a quem era muito apegado. E eu estava com uma mão na frente e outra atrás, porque eu dependia financeiramente dele. Mas eu não quis envolver meus pais, nem minhas irmãs, o marido de uma delas, inclusive, quis que ela se distanciasse de mim, porque agora eu era desquitada⁴ e poderia ser uma “má influência”. Eu contei com a ajuda de três primos meus, um padre, um médico e um juiz. Eu estava resguardada por todos os lados, pelo lado espiritual, clínico e da justiça.

Eu precisava de emprego, de estudar, e não tinha dinheiro nem para o aluguel. Eu fiz um curso técnico em análises clínicas e fui trabalhar em laboratório, profissão com a qual me aposentei pela primeira vez, por tempo de serviço, 1990. Depois eu voltei a trabalhar em Colégio, como professora de jardim de infância, aos 51 anos. Mas eu tive que abandonar a regência e ir para a coordenação por causa de um problema de coluna,

⁴A palavra desquite, de acordo com Catarina Cecin Gazele, quer dizer desquerido ou não querido. O desquite está previsto no Código Civil de 1916 e corresponde ao processo de encerramento da sociedade conjugal, com a separação de corpos e de bens, mas que não eliminava o vínculo matrimonial. O que quer dizer que até esse período o casamento era considerado indissolúvel e às pessoas desquitadas não era permitido casar novamente, ao menos não legalmente, além dos filhos frutos de uma nova relação serem considerados ilegítimos. O desquite podia ser amigável ou judicial e era admitido nas seguintes situações: em caso de adultério, tentativa de morte, sevícia, injúria grave ou abandono do lar. O desquite, segundo Gazele, foi substituído pela ação de separação judicial, que é um pré-requisito para a ação do divórcio. GAZELE, Catarina Cecin. **Estatuto da Mulher Casada: uma História dos Direitos Humanos das Mulheres no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória – ES, 2005. Disponível em: <historia.ufes.br>. Acesso em: 26 jun. 2019.

que depois se agravou e fez com que eu fosse aposentada pela perícia médica. Na época, eu chorei tanto! O médico me disse “nunca vi ninguém se aposentar e chorar tanto”. A casa em que meus pais moravam em Fundão foi me dada de herança e eu vendi e comprei o apartamento em que moro hoje, no Centro de Vitória, com meu filho, que vai fazer 51 anos, e o meu neto, que é adolescente.

Depois disso eu não me casei mais, porque casamento para mim é um só. E eu fiquei muito decepcionada com o meu marido, perdi a confiança nele. Quando nós estivemos diante do juiz para, finalmente, assinar o desquite, eu manifestei meu interesse de não estar mais casada com ele, de não nos reconciliarmos e ele também, sem dar mais explicações. Mas, com exceção desses erros, eu não tenho mais o que falar dele, nós vivemos bem até o ocorrido. A minha vida se tornou mais penosa recentemente, com os maus-tratos do meu filho.

Quando meu filho ainda era adolescente ele se envolveu com drogas, ele sempre foi revoltado comigo e eu acho que não fui uma boa mãe para ele, eu não me arrependo de tê-lo adotado, mas de não ter sido uma boa mãe para ele.

Ele me perturba muito, nunca encostou um dedo em mim, assim como o pai, mas ele me xinga, me ameaça, quebra as coisas dentro de casa para me dar prejuízo. Ele diz que comigo ninguém vive, que eu tenho o gênio muito ruim e que gosto de tudo certinho. Ele vive implicando comigo. Para ele, as pessoas que dizem gostar de mim, é tudo fingimento, que eu não presto e que eu vou viver sozinha.

Ele também deixa tudo em minhas costas. Começou a faculdade de Direito, depois de Engenharia de Produção, que ele concluiu, com a minha ajuda, mas ele não tem um emprego estável. Trabalha como vendedor ambulante em uma praça e por causa desse trabalho faz uma bagunça em casa, o que me deixa muito chateada. Ele espera que eu limpe, cozinhe, o sustente. Eu pago uma lavadeira para lavar as roupas de casa e as outras roupas mais pesadas, porque eu não tenho mais condições de fazer esse tipo de serviço e mando as roupas dele junto, porque nem isso ele faz. E sou eu que pago pelo serviço também. Eu digo a ele que ele precisa fazer algo em casa ou que vá arrumar o seu canto, mas ele diz não ter condições e que conta comigo.

Certa vez, nós três estávamos sentados à mesa, na hora do almoço, e meu neto reclamou que o bolo estava cheio de formiga, que não comeria daquele jeito, eu respondi

que o único lugar que não tinha formiga naquela casa era dentro da geladeira. O meu filho ficou revoltado e saiu jogando tudo para o alto. Eu acho isso um desrespeito. Eu não faria isso com meus pais, eu acho que a família existe como uma forma de apoio mútuo. Mas ele suja as vasilhas, pratos e se eu não lavar, fica sujo. E meu neto já imita os comportamentos dele.

Ele se abstém até mesmo dos cuidados com meu neto. Sou eu quem vou até a escola conversar com os professores, sou eu quem levou ele para fazer o CPF e que pretendo levar para fazer a identidade e a carteira de trabalho. Eu me preocupo com o futuro do meu neto e o meu, porque eu sei que não posso contar com meu filho para cuidar de mim.

Nos momentos em que ele já me acompanhou a algum compromisso, por exemplo, quando precisei fazer um exame de eco cardiograma transeosofágico, porque eu tenho um problema de coração, e o exame era sob sedação, então, pediram um acompanhante, ele foi, mas somente sob protestos e com má vontade e ficou o tempo todo fora da clínica, fumando. O médico responsável pelo exame concluiu que eu estava sozinha e aplicou menos sedação em mim e aquilo me deixou muito nervosa. Na volta do exame, o meu filho me deixou na calçada de casa, eu tive que ficar sozinha e com medo de alguma reação à medicação, de precisar de algo. Achei um absurdo ele me deixar naquele estado para tomar o elevador.

Eu, quando a minha mãe teve um problema emocional, cheguei a pedir licença do trabalho. Cuidei dela até o último instante e não me arrependo, fiz o que estava ao meu alcance. E eu esperava que ele pudesse pelo menos ser mais carinhoso. Se eu estiver deitada, ele nem me pergunta como eu estou. Eu quando morava com a mamãe, ia lá quando ela estava dormindo, ver se ela estava respirando, levava o café da manhã dela na cama.

Ele já teve várias mulheres e é violento com elas também, diversas vezes levou elas para dentro de casa. Eu já tive que chamar o síndico por conta das brigas que ele teve com essas namoradas. Agora ele está em uma relação com uma mulher e tem um filho de 3 anos com ela.

Eu já pensei, inclusive em deixar a minha casa para ele e ir morar em um asilo. A minha sobrinha queria que eu fosse morar em Jardim Camburi, perto dela, mas eu gosto

de morar no Centro, tem tudo perto, supermercado, farmácia. Eu queria mesmo é que meu filho saísse de casa e me desse sossego. Além de todos os meus problemas de saúde, eu estou com a glicose alterada, mesmo me alimentando bem. Segundo o meu médico é estresse, o que eu não posso controlar vivendo dessa forma.

Ele me tira o direito de botar para fora aquele amor e aquele carinho que eu sempre tive por ele, que eu tenho. Eu fico muito triste. Me pergunto o que estou fazendo nesse mundo, não sirvo para nada. Mas Deus sabe o que eu estou fazendo aqui, que eu preciso passar por isso para ter a recompensa, né?

EDUCAÇÃO, CASAMENTO E TRABALHO

Cecilia deixa entrever como a educação familiar e a educação escolar tiveram um papel importante na formação de sua subjetividade, entrecruzada pelos ideais de mulher solidária e amorosa, imbuídos na figura da professora normalista, formada pela Escola Normal.

Para Cecilia, a convivência com a mãe, que fez o internato no Colégio do Carmo, estudando para ser professora, mas que não exerceu a profissão depois de casada, preferindo se dedicar à casa e às filhas, assim como o espaço escolar, são referências importantes de aprendizado, como se observa no trecho a seguir:

Mamãe não lecionava mais, mas dentro de casa era o braço direito dele (o pai). Trabalhadeira. Tudo que eu bordo, eu aprendi com ela. Ela ficava na mesa passando as roupinhas e sentava eu e minhas coleguinhas. Tudo ela ensinava para mim e para minhas coleguinhas. Eu aprendi a cozinhar, tentando cozinhar no quintal de casa. Primeiro com as folhas, depois ela começou a dar as coisas para a gente cozinhar mesmo.

A Escola Normal correspondia ao curso de segundo grau voltado para a formação de professores para atuarem na educação primária. A Escola Normal do Estado foi criada, de acordo com Cleonara Schwartz, Regina Simões e Sebastião Franco (2007), no governo de José de Melo Carvalho Muniz Freire, no dia 04 de julho de 1892, substituindo o Colégio Nossa Senhora da Penha e o Ateneu Provincial nos cursos masculinos e femininos. A escolha do local onde a escola foi instalada já é, de acordo com os autores, portadora dos significados que se pretendia com o projeto de institucionalização da formação para o magistério, ou seja, na área mais valorizada e nobre da cidade, ocupando um lugar de destaque e próximo dos principais órgãos que concentravam o poder político

(ao lado do Palácio Anchieta, sede do governo do estado desde 1798) e dos locais de residência das famílias capixabas mais distintas na época.

Em um contexto de urbanização da cidade e de um ideário modernista de educação, a Escola Normal era, ao mesmo tempo, resultado da valorização socioeconômica do magistério e representante dos valores, normas e conhecimentos que se queria propagar, servindo de exemplo, influência e ferramenta de controle social da sociedade no período, uma vez que, dada a sua localização, estaria sob o campo de visão do Governo Central.

Até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971, o curso normal secundário era “apenas” um curso profissionalizante, que não permitia o acesso das mulheres ao ensino superior. Os padrões sociais de gênero, vigentes durante toda a primeira metade do século XX, impunham à mulher os papéis de esposa e mãe, de modo que a sua formação deveria ser adaptada a “sua saúde frágil, sua inteligência limitada e voltada para sua ‘missão’ de mãe” (ROSEMBERG, 2012, p. 333). Principalmente durante a década de 1920, segundo Sônia Maria da Costa Barreto (2005), viu-se emergir a figura da normalista pura, sublime e elevada, que deveria, no exercício de sua profissão, orientar os alunos como se fossem seus próprios filhos. A escola seria, portanto, a continuação do lar, e a função de professora, a continuação da função de mãe. No contexto da Primeira República, a mulher era responsável ainda pela formação de bons cidadãos e, conseqüentemente, pelo futuro da nação. O apelo a tal missão, fez com que muitas mulheres vissem “no diploma a segurança de uma profissão elevada e digna, um meio de triunfar na vida, de ser útil à sociedade e à Pátria, além de desfrutarem de um sacerdócio” (BARRETO, 2005, p. 4).

Dessa forma, as Escolas Normais, apesar de frequentadas por homens e mulheres, apresentavam uma segregação sexual dos espaços e dos currículos, com a diferenciação de disciplinas “apropriadas ao sexo”, como as de trabalhos manuais e de ginástica.

Sobre as aulas e o cotidiano escolar, Cecilia conta que mesmo no ginásio, teve aulas de educação doméstica, trabalhos manuais e de culinária, em que as alunas levavam os ingredientes, aprendiam as receitas e depois comiam o que tinham preparado. No Curso Normal também

tinha educação doméstica e canto orfeônico. Quem dava a aula era um maestro. Tinha aula de religião, trabalhos manuais e tinha uma porção de matérias extras, diferente de hoje que ninguém quer nem pegar numa agulha mais.

Contudo, ainda que a educação feminina no começo do século XX contribuísse para o reforço dos padrões de comportamento de gênero, a escolarização, uma das principais bandeiras de luta do movimento feminista no século XIX, permitiu às mulheres uma participação social mais ativa e melhores oportunidades de profissionalização e acesso ao mercado de trabalho. Cecília conta do pai, que apesar de não ter feito curso superior, lia muito e incentivava as filhas para que estudassem e de como isso foi importante para que conquistasse a sua independência financeira, em um momento de necessidade. O pai, nas palavras de Cecília, lhe disse uma vez:

“ó, minha filha, a única coisa que eu posso deixar para vocês, de herança, é o estudo. Porque não tem barata, não tem rato, não tem cupim, nada que estraga. Agora as outras coisas, não, minha filha. Roubam, destroem, vem a enchente e carrega tudo, e pega fogo nas casas. Agora o estudo, não, minha filha, enquanto você viver, a herança que seu pai te deu, te acompanha”.

E Cecília completa:

Você sabe que quando eu me separei, que eu tive que voltar a trabalhar, eu me lembrei tanto das palavras dele. Porque se eu não tivesse meu diploma, eu ia ficar ao ‘deus-dará’, né? Dependendo de um e de outro. Eu ia ter dificuldade para me manter.

Cecília se refere ao momento em que foi abandonada pelo marido e se viu responsável pelo provimento dela e do filho de 4 anos. Ela tinha deixado de trabalhar quando se casou, a pedido do marido. Graças ao Curso Normal ela conseguiu se reinserir no mercado de trabalho, sendo aprovada em um concurso público para professora do estado, profissão que exerceu até ser aposentada por motivo de saúde. Mas não deixou de estudar e se formou também como técnica de laboratório, tendo exercido a profissão e se aposentado uma segunda vez.

Tradicionalmente, o casamento, assim como a maternidade e a vida privado-doméstica estiveram atrelados à identidade feminina, àquilo que se considerava, conforme Maria Beatriz Nader (2001), o destino biológico da mulher. Desde o período colonial, instituições como a família, a Igreja e a escola serviram à promoção desse destino, através do controle social dos comportamentos, dos gestos, dos hábitos, dos projetos, ou seja, da vida feminina como um todo. Preceitos com a honra, a castidade e a virgindade, se tornaram símbolos que perduraram durante longos anos.

Nader (2007) afirma que na sociedade capixaba da década de 1950 ainda era costume que as mulheres casassem antes dos 20 anos, caso contrário, elas seriam alvo da

vigilância constante de sua reputação e seriam constrangidas pelos estigmas de “encalhadas” ou “solteironas”. As que desenvolvessem algum tipo de atividade remunerada capaz de prover o seu sustento, se veriam livres também da ideia de que eram um peso para a família. Aos poucos a situação se alterou, pois, as mulheres que se inseriram no mercado de trabalho em fins dos anos de 1950, influenciaram suas filhas para que se profissionalizassem e tivessem uma vida melhor. Na década de 1960, as jovens procuravam cada vez mais romper com os padrões que apregoavam uma dependência econômica da mulher ao marido, ainda que não rejeitassem a ideia do casamento em si. Nos anos de 1970 e de 1980, começaram a emergir os efeitos dessa trajetória, como por exemplo a mudança na faixa etária para o casamento, cada vez mais tardio, e na relação que as mulheres estabeleciam com a instituição casamento. Porém, isso não significou que o interesse das mulheres pelo casamento tenha diminuído.

Uma vez que a ideia do casamento esteve durante longo período associado à Igreja, sendo considerado um sacramento cristão, pode-se questionar se a relação que essas mulheres estabelecem com a religião tem influência também na sua relação com o casamento. Cecília é católica e é membra assídua de uma paróquia no bairro onde reside, onde também frequenta o estudo bíblico. Ela, aliás, afirma que não pensou em se casar outra vez, depois do desquite, pois, na sua opinião, “casamento é um só”.

Na última entrevista, depois de agradecer-lá pela participação e a disponibilidade em colaborar com a pesquisa, ela pediu desculpas, caso tivesse extrapolado, falado demais, coisas que não faziam sentido para o trabalho e se não tinha conseguido fazer eu alcançar meu objetivo. Tentei tranquilizá-la, dizendo que não havia porque desculpá-la, pois, ao trazer novos dados, ela só enriqueceria a minha discussão. “Se foi isso, eu fico satisfeita. Porque eu gosto de servir. Gosto mais de servir do que ser servida”, respondeu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido a uma série de razões econômicas e pessoais, como o desemprego e o divórcio, muitos filhos, hoje, foram levados a retornarem à casa materna e, desempregados, esses filhos passaram a depender economicamente das mães idosas, o que representa para muitos uma inversão na ordem das ajudas, já que durante a velhice, os primeiros deveriam cuidar das últimas. A reação frente à situação de dependência dos

(as) filhos (as) e netos (as) para com a mãe e avó idosa é expressa através não somente da violência física e psicológica, como da violência econômica ou financeira e, ainda, a partir da violência contra o patrimônio da vítima, situações que estão presentes no cotidiano de Cecília, conforme descrito em seu relato.

Foi possível perceber a existência de expectativas no desenvolvimento da relação com os filhos e netos referenciadas nas relações que estabeleceu com a família de origem, no passado. A violência, nesse sentido, se constituiria na violação dos seus direitos de mulher e de pessoa idosa, manifestando-se na forma psicológica e econômica, mas também naquilo que ela tem de mais valioso na construção de sua identidade individual, que são as referências de cuidado e afetividade familiares e das gerações anteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Sônia Maria da Costa. **A Escola Normal D. Pedro II e a normalista capixaba na memória cultural da Primeira República** – década de 1920. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – Anpuh. Londrina, 2005. Disponível em: <www.anais.anpuh.org>. Acesso em: 09 de jul. 2018.

GAZELE, Catarina Cecin. **Estatuto da Mulher Casada: uma História dos Direitos Humanos das Mulheres no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória – ES, 2005. Disponível em: <historia.ufes.br>. Acesso em: 26 jun. 2019.

MOTTA, Alda Britto da. **Violência contra mulheres idosas: questão feminista ou de gênero?** Preparado para apresentação no Congresso de 2009 da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos). Rio de Janeiro, junho de 2009. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu>>. Acesso em: 01 fev. 2012.

NADER, Maria Beatriz. Educação Profissional e casamento: as mulheres de Vitória (1970-2000). In: SILVA, Gilvan Ventura da; SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel. (Org.). **História e educação: territórios em convergência**. Vitória: GM: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História, 2007. P. 241 – 261.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher: do destino biológico ao destino social**. Vitória: Edufes/Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2001.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. P. 333 – 359.

SCHWARTZ, Cleonara Maria; SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel. A gênese, a implantação e a consolidação da Escola Normal no Espírito Santo.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

In: SILVA, Gilvan Ventura da; SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel. (Org.). **História e educação:** territórios em convergência. Vitória: GM: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História, 2007. P. 217 – 240.